

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 14, número 2 (2023)
ISSN: 2177-2886

Artigo

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

La Producción del Espacio Urbano en Núcleo Rio Verde-PA en la Década de 1980: Entre el Espacio Hegemónico y las Prácticas Socioespaciales de Resistencia Generizadas

The Production of the Urban Space at Rio Verde-PA District in the 1980's: Between the Hegemonic Space and the Socio-Spatial Practices of Gender Resistance

Débora Aquino Nunes
Instituto Federal do Pará – Brasil
debora.aquino@ifpa.edu.br

Como citar este artigo:

NUNES, Débora Aquino. A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 2, p. 73-93, 2023. ISSN 2177-2886.

Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

La Producción del Espacio Urbano en Núcleo Rio Verde-PA en la Década de 1980: Entre el Espacio Hegemónico y las Prácticas Socioespaciales de Resistencia Generizadas

The Production of the Urban Space at Rio Verde-PA District in the 1980's: Between the Hegemonic Space and the Socio-Spatial Practices of Gender Resistance

Resumo

Com o desenvolvimento do Programa Grande Carajás, na década de 1980, intensas transformações socioespaciais marcaram a Amazônia Oriental e aprofundaram as desigualdades de gênero, de raça e de renda na região. Nesse contexto, objetiva-se analisar a produção do espaço urbano do núcleo Rio Verde-PA, em face às dimensões hegemônicas espaciais, a saber: geométrica, óptica e fálica; e as práticas socioespaciais generificadas de resistência. Este é um estudo de caso simples, que lança mão da técnica analítica da análise documental. Entende-se que o espaço geográfico vai para além de suas dimensões hegemônicas que camuflam e reproduzem as desigualdades. Ele é produto e produtor de uma humanidade pluriétnica, com múltiplas possibilidades de construção de relações de gênero, como no espaço generificado de resistência do Rio das Lavadeiras.

Palavras-Chave: Espaço geográfico; Espaço diferencial; Espaço generificado de resistência.

Resumen

Con el desarrollo del Programa Gran Carajás en la década de 1980, intensas transformaciones socioespaciales marcaron la Amazonía Oriental y profundizaron las desigualdades de género, raza, etnicidad y de renta. En ese contexto, el objetivo es analizar la producción del espacio urbano del núcleo Rio Verde, en el estado brasileño de Pará, frente a las dimensiones espaciales hegemónicas, a saber: geométrica, óptica y fálica; y a las prácticas socioespaciales generizadas de resistencia. Este es un estudio de caso simple, que hace uso de la técnica analítica de análisis de documentos. Se entiende que el espacio geográfico va más allá de sus dimensiones hegemónicas que camuflan y reproducen las desigualdades. Es producto y productor de una humanidad pluriétnica, con múltiples posibilidades de construcción de relaciones de género, como en el espacio generizado de resistencia del Rio das Lavadeiras.

Palabras-Clave: Espacio geográfico; Espacio diferencial; Espacio generizado de resistencia.

Abstract

Intense socio-spatial transformations marked the eastern Amazon and deepened gender, racial and income inequalities through the development of the Grande Carajás Program in the 1980s. In this context, this article aims to analyze the production of the urban space of the Rio Verde-PA district, considering its hegemonic spatial dimensions, namely, geometric, optical, and phallic, and the gendered socio-spatial practices of resistance observed. This is a simple case study developed using the analytical technique of document analysis. We understand that the geographic space goes beyond its hegemonic dimensions that camouflage and reproduce inequalities. It is the product and producer of a multiethnic humanity with multiple constructions of gender relations as identified in the space of gender resistance in Rio das Lavadeiras.

Keywords: Geographic space; Differential space; Gendered space of resistance.

Débora Aquino Nunes



Introdução

Os processos de avanço da urbanização e da modernização do território brasileiro no período militar (1964-1984) foram marcados pela difusão dos objetos técnicos, como rodovias, ferroviárias, pontes, portos, aeroportos, hidrelétricas e projetos industriais e agropecuários, segundo os comandos de um Estado autoritário (Santos, 2008).

Concomitantemente a esse processo, instalavam-se na Amazônia novas próteses no território, ou seja, objetos técnicos que carregavam em si a racionalidade hegemônica capitalista. Nesse contexto, adentraram a região novos grupos sociais, como latifundiários, garimpeiros e representantes do capital industrial e financeiro (Santos, 1994), e as novas imposições de funções e comportamentos socioespaciais aprofundaram as desigualdades de gênero e o racismo na região, ajudando a manter as hierarquias de poder entre os países, com destaque para o papel da Amazônia como exportadora de recursos naturais de baixo valor agregado (Segato, 2012; Seabra, 2018).

Com isso, houve um processo de reestruturação do espaço e do tempo amazônicos, com mudanças significativas nas relações entre as pessoas e grupos sociais. Nesse contexto, ganha destaque o Sudeste paraense, que passou por uma importante transformação a partir da implantação do Programa Grande Carajás na década de 1980. Esse programa visou promover a exploração mineral, garimpeira ou industrial e a expansão agropecuária na região (Brasil, 1980).

Assim, diante da intensificação do avanço da modernidade capitalista no Sudeste paraense, na década de 1980, visamos analisar a produção do espaço urbano do núcleo Rio Verde, que deu origem ao atual município de Parauapebas-PA, face às dimensões hegemônicas espaciais – a saber: geométrica, óptica e fática – e as práticas socioespaciais generificadas de resistência.

Destaca-se que, por concentrar as contradições de gênero, raça e classe, bem como pela sua invisibilização dentro das discussões e dos projetos de desenvolvimento para a região de Carajás, o núcleo Rio Verde ganhou destaque na produção deste trabalho. Em relação ao período histórico analisado, o recorte foi realizado levando em consideração a concentração de atividades relacionadas aos grandes projetos comandados pelo Estado brasileiro em parceria com empresas nacionais e com o capital internacional no Sudeste paraense.

Assim, dividimos o trabalho em seis sessões. A primeira e a segunda sessões são caracterizadas por apresentarem os fundamentos teóricos e conceituais do trabalho, bem como a contextualização do nosso recorte empírico-temporal, respectivamente. Em seguida, apresentamos a metodologia adotada para produção deste trabalho. A quarta sessão destina-se à sistematização dos dados levantados e é acompanhada da quinta sessão, na qual apresentamos a análise desses dados, à luz do referencial teórico e conceitual. Por fim, apresentamos as considerações finais.

A produção diferencial do espaço urbano e os espaços generificados de resistência

Durante muito tempo, as análises científicas, incluindo as geográficas, ignoraram ou invisibilizaram as questões de gênero e raça em seus estudos e publicações. Isso porque a busca do conhecimento acadêmico impunha a construção de estudos, conceitos, categorias e teorias universalizantes produzidas pelo homem hétero, branco e, principalmente, europeu (Rose, 1993).

Nesse contexto, o espaço se esvazia dos corpos e torna-se transparente e uno. A invenção da raça e o aprofundamento das desigualdades de gênero trazidos pelo capitalismo como tecnologias importantes de dominação dos corpos são ignoradas e invisibilizadas (Segato, 2012). O homem branco e hétero aparece, então, como o sujeito universal, um fato dado e imutável, não passível de problematizações. Suas necessidades são absorvidas pelas ciências que por e para ele são produzidas (Rose, 1993). Assim, durante muito tempo a realidade geográfica foi considerada apenas parcialmente, escamoteando a maioria dos sujeitos e grupos sociais (Monk, Hanson, 1982; Silva, 2009).

Para nós, é importante destacar que entendemos o espaço geográfico por meio da perspectiva diferencial, isto é, como produto, médium e produtor de diferentes práticas sociais e grupos sociais, permeados de interesses políticos, econômicos e culturais diversos e desiguais (Lefebvre, 1974). Porém, há uma tendência, como anteriormente explicitado, de universalizá-lo e torná-lo único e exclusivo dos agentes hegemônicos.

As estratégias são inúmeras nesse processo. Destacamos três dimensões espaciais que coexistem no processo de invisibilização, esvaziamento e preenchimento de conteúdo universalizante capitalista, moderno, masculinista e racista, a saber: a dimensão geométrica, a dimensão óptica e a dimensão fálica. A dimensão geométrica diz respeito ao espaço euclidiano considerado fechado e acabado, mensurável, homogêneo, objetificado e absoluto, sendo reduzido ao plano e à folha, aos grafismos, às metragens, aos mapas e às projeções (Lefebvre, 1974).

O elemento óptico (visual) do espaço o transforma em espetacularização demarcada. Impõe-se ao olhar uma forma correta e única de enxergar, esvaziando as multiplicidades de usos e formas espaciais e exilando os objetos e a vida na tentativa de torná-los distantes e passivos. Esse movimento e disciplinamento se baseia em referências imaginárias de universalização do corpo, do espaço e do conhecimento, para as quais a realidade é um fato dado e transparente. Classifica-se o espaço dentro de uma função reguladora e econômica. A construção dessa legibilidade como critério está diretamente ligada à classificação que impõe sempre uma evidência universal masculinista e racista, escondendo as multiplicidades dos processos socioespaciais (Lefebvre, 1974). Assim,

A legibilidade aparente dissimula mais do que declara; ela dissimula precisamente o que “é” o visível-legível, suas armadilhas – o que “é” a verticalidade: arrogância, vontade de potência, exibição da virilidade militar e policial, dimensão fálica, análogo espacial da

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

brutalidade masculina [...]. No espaço produzido os atos reproduzem o “sentido” próprio sem que “se” tenha em conta. O espaço repressivo conduz à repressão e ao terror, mesmo se os signos ostensivos do contrário (o consentimento, a aprovação, a alegria) nele se multiplicam (Lefebvre, 1974, p. 119).

Por fim, é importante explicitar a dimensão fálica do espaço hegemônico universalizado/univerzalizante, no qual as violências multidimensionais usadas para fins econômicos e para manutenção das hierarquias sociais também se fazem presente. Tal dimensão se encarrega de disciplinar, ordenar e restringir os conteúdos e os corpos, proclamando a unidade e universalidade das práticas e discursos espaciais comandados pelos homens brancos e com poder econômico-político. Nesse sentido, o espaço

Reivindica um objeto verdadeiramente cheio, um “absoluto” objetal. O fálico presta este serviço. Metaforicamente, ele simboliza a força, a fecundidade macha, a violência masculina. A parte se toma ainda aqui pelo todo; a brutalidade fálica não permanece abstrata, pois ela é a do poder político, dos meios de repressão: polícia, exército, burocracia. O fálico se ergue, privilegiando a verticalidade. Ele proclama a falocracia, sentido do espaço, termo do processo (duplo: metafórico e metonímico) que fez nascer essa prática espacial (Lefebvre, 1974, p. 392).

Como metáfora e metonímia, Lefebvre entende que são atos que se tornam figuras retóricas, por meio da linguagem (Schmid, 2012). Como já explicado, há um movimento de esvaziamento e transparência da matéria, como corpos, imagens, símbolos e signos, concomitante ao seu preenchimento correspondente a uma “necessidade” que a própria prática espacial e espaço hegemônico produzem. Frisamos que a prática espacial nascida do processo de expansão do capital vai para além do imediato, do sensorial e das contradições de impressões. Há uma tentativa de substituição/apagamento das contradições, desigualdades e diferenças por uma imagem ou representação violenta, porque redutora, falada ou escrita, comanda pelo homem branco, europeu, e heterossexual sobre o que é o espaço e o que são as práticas socioespaciais (Lefebvre, 1974).

Assim, para além das cortinas ópticas e reduções geométricas, conseguimos perceber os jogos de poder, de ser e de saber que compõem o espaço urbano (Lefebvre, 1974). Entende-se, então, que nem todos os indivíduos utilizam e concebem o espaço da mesma maneira. As desigualdades de renda, por exemplo, materializam-se e produzem segregações socioespaciais, bem como barreiras simbólicas ou físicas relacionadas ao seu uso e apropriação. Tais desigualdades também são perpassadas por processos de racialização e generificação carregados pela modernidade.

Destaca-se que a organização do espaço urbano sob o modo de produção capitalista deixa isso mais explícito devido à concentração de pessoas, mercadorias, informações, infraestrutura e moradias em determinados locais. O esvaziamento, apagamento ou transparência violenta desse processo é uma

estratégia proposital da reprodução capitalista (Lefebvre, 2008b).

Além disso, cabe frisar que o urbano é morfologia social; isto é, modo de vida. Ele chega antes das cidades¹ propriamente ditas. O urbano apresentado pelo capitalismo faz parte da sua política colonizadora e neocolonizadora (Santos, 2007a; Lefebvre, 2008b). Ele promove a redução da vida às necessidades do capital, com suas hierarquias de poder basilares. Há uma tentativa de tornar tudo mercadoria, construindo uma intersubjetividade esvaziada e redutora da diversidade, prenhe de conteúdo fálico, que leva à violação de inúmeras práticas e vivências socioespaciais que persistem no cotidiano, como as das populações periféricas, das mulheres e da população negra e indígena.

Esse urbano não paira no ar: ele se materializa no espaço, reproduzindo e produzindo as desigualdades, as violências, as hierarquizações e as resistências. Estas que (re)existem pelas diversidades fluídas e permanentes também marcam as práticas e discursos socioespaciais, apesar do esforço capitalista por seu apagamento. A dialética entre tais processos pode fazer nascer outras formas de se viver, conceber e se apropriar do espaço urbano. Nesse sentido, a vida dos grupos sociais subalternizados, como a das mulheres e a da população negra e indígena, continuam se refazendo e se reinventando num jogo dialético entre apropriação, dominação, hierarquizações, violências e resistências socioespaciais.

Destaca-se que o avanço do capitalismo traz consigo o conceito de raça e aprofunda as desigualdades de gênero com o objetivo de hierarquizar os seres humanos, bem como tenta apagar e demonizar as orientações sexuais diferentes da heterossexualidade. Assim, compreende-se que raça, gênero e sexualidade não são naturais, mas sim criações sociais. Os corpos são, então, racializados e generificados através do sistema colonial/moderno capitalista com o intuito de justificar a sua exploração, dominação e desumanização em prol do desenvolvimento desse modo de produção e organização social. Têm ênfase os corpos negros e indígenas feminizados que foram subalternizados e desumanizados com mais intensidade (Lugones, 2020; Miñoso, 2020). São vidas e corpos objetificados e entendidos como violáveis, vendíveis e, até mesmo, matáveis/morríveis (Mbembe, 2018).

Assim, entendemos o gênero e a raça a partir da sua conotação basilar para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Isso porque a modernidade do capital é produtora e produto: i) de uma nova divisão sexual do trabalho, acompanhada por uma nova ordem patriarcal, que exclui ou reduz o valor do trabalho das mulheres em relação ao trabalho assalariado e coloca-as, muitas vezes, como as principais responsáveis pelo cuidado da família e pela produção e manutenção de novos trabalhadores (Federici, 2019); ii) e da racialização e generificação dos corpos, a partir do sistema colonial/moderno, com o intuito de justificar a exploração, a dominação e a desumanização em prol do desenvolvimento da acumulação, da racionalidade e das hierarquizações de poder capitalistas dos territórios, nações e dos seres

¹ A cidade é morfologia material, dado prático sensível e materialização do trabalho. Ela concentra informações, serviços, pessoas, culturas, mercadorias e a diversidade social. As suas formas são atreladas a conteúdos reveladores da sociedade que as produziu (Lefebvre, 2008b).

humanos (Quijano, 2005; Lugones, 2020; Miñoso, 2020).

Nesse contexto, compreende-se que as relações e hierarquias de poder se materializam e constroem intersubjetividades que reforçam ou negam a relação direta entre a urbanização moderna do espaço e os sistemas de opressão de gênero, raça e classe. As opressões são, então, interações complexas de sistemas econômicos, racializantes e engendrados que se infiltram e produzem, de maneira diferente e desigualmente combinada, o espaço geográfico moderno. Apesar disso, os grupos sociais, com suas intersubjetividades e práticas socioespaciais diversas, sobrevivem em constante produção e reprodução de múltiplas temporalidades e espacialidades que podem ir de encontro ou não à ordem imposta.

Além disso, entende-se que os espaços produtivos, cidadãos e públicos são pensados prioritariamente por e para os homens brancos, cisgênero e heterossexuais. Assim, se o corpo da mulher está no espaço público, dentro dessa racionalidade moderna, ele pode se tornar público e se transformar em objeto e mercadoria, fazendo parte da vitrine urbana, ou simplesmente ser invisibilizado, permitindo qualquer ato de violência.

Destaca-se que a apropriação do espaço da cidade pelas mulheres é pressionada a permanecer à margem, constrangida, segregada e invisibilizada. O corpo marca a sua presença que, muitas vezes, por (re)existir, confronta e ameaça a racionalidade e a ordem hegemônica. Tal correlação de forças produz resistências das/os dominadas/os e do grupo dominante, “tendendo à produção de homogeneidade, nodalidade, hierarquias e fragmentação” (Tavares, 2015, p. 14).

Na produção impositiva do espaço pelo capital, as mulheres vivenciam a dominação de múltiplas formas, coexistindo várias geometrias de opressão determinadas por relações de poder heteronormativas, generificadas, racialistas e classistas, sem com isso aniquilar totalmente a vida, os desejos, as identidades e a diversidade. Segundo Tavares (2015, p. 175, grifo da autora): “se há práticas sociais (espaciais) de resistência frente às desigualdades de gênero, ali se constitui o 'espaço generificado de resistência'”. Isto é, entende-se que as práticas sociais das mulheres no espaço urbano podem expor processos de resistência frente aos processos de desigualdade, discriminação, exploração, opressão e segregação socioespacial que tensionam as suas vivências e as suas percepções.

A simples presença do corpo feminino, continua a autora, permite “o surgimento (também móvel, instável, aberto) ou a manifestação de um espaço diferencial tensionado pelas contradições de gênero que é tensionado por uma geometria complexa e paradoxal, tanto à margem como ao centro” (Tavares, 2015, p. 174). Assim, o espaço generificado de resistência é marcado pelas práticas sociais em face às desigualdades de gênero. Essa é uma das camadas que podem ser analisadas a partir da perspectiva da multiplicidade de usos e saberes do espaço geográfico. Esse espaço, além de diferencial, é também paradoxal, ou seja: é tanto central, contendo e produzindo vivências e resistências, quanto marginal, produto e produtor da ordem hegemônica (Tavares, 2015).

O núcleo Rio Verde: contextualizando o nosso recorte empírico-temporal

A região atualmente conhecida como Carajás, no Sudeste paraense, era ocupada por povos originários denominados Xikrin do Cateté e Kayapó. De meados do século XIX ao início do século XX, com o avanço da economia da borracha e, posteriormente, da castanha do Pará, essas terras passaram a ser ocupadas também por seringueiros e castanheiros, mão de obra principalmente nativa ou nordestina que servia aos interesses da elite regional e do capital mercantil (Velho, 1972; Becker, 1990). Muitos conflitos foram se dando dentro da floresta a partir do contato dessas diferentes formas de organização social e espacial e cosmovisões das sociedades ali presentes (Friel, 1968).

Os conflitos entre povos originários e migrantes se aprofundaram em 1975, com a chegada da rodovia PA-275, às margens do Rio Parauapebas. Em 1980, os povos originários saíram do seu território, ou seja, das proximidades de onde estava se instalando o Rio Verde e o núcleo de Parauapebas. Foi nesse período que o governo federal implantou, como uma de suas prioridades, o Programa Grande Carajás (PGC) e vários acampamentos foram abertos para a construção do Projeto Ferro Carajás (PFC) (Becker, 1990). Tais acampamentos foram a base para: a abertura e asfaltamento da PA-275 (ligação entre El Dorado de Carajás e o núcleo de Carajás); a instalação da Estrada de Ferro Carajás; a expansão do núcleo do Rio Verde; a abertura do núcleo urbano de Parauapebas (atual bairro Cidade Nova); e instalação do núcleo de Carajás. Esse último servia de *company town* ao PFC (Rocha, 2018).

Nessa conjuntura, os projetos destinados à modernização econômica nacional, com destaque para a revolução verde, a indústria extrativista e a construção de infraestrutura regional na Amazônia, permitiram a febre do ouro na região nos anos de 1980. Serra Pelada, por exemplo, ficou nacional e internacionalmente conhecida pelo intenso fluxo migratório composto, principalmente, por homens que vinham para região atrás de um dos minérios mais valiosos para o capitalismo: o ouro.

Destaca-se que, juntamente com os homens, as mulheres também se deslocaram para a região, seja para acompanhar seus companheiros ou tentar um emprego nos aglomerados populacionais, responsáveis pela construção de diversos barracos (moradias) na região, como no Rio Verde (Rocha, 2018). Nesse período, todo o território, que atualmente engloba El Dorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Canaã dos Carajás, pertencia ao município de Marabá; a sede dos atuais municípios, que se emanciparam entre 1988 e 1994, eram acampamentos que davam suporte às atividades principalmente de garimpo (Ab'Saber, 1994) e, também, aos projetos governamentais que estavam se instalando, com destaque para a indústria mineral (Becker, 1990; Rocha, 2018).

Em 1981, foi iniciada a implantação do Projeto Ferro Carajás, com o objetivo de dotar a região da infraestrutura necessária para a exploração da indústria mineral. Novos objetos foram implementados como próteses estrangeiras no território, como: o núcleo urbano de Parauapebas, que iniciou sua infraestrutura em 1982; o Aeroporto de Carajás, que foi inaugurado no mesmo ano; a Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 1985; a instalação

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que iniciou suas operações também em 1985, passando a ser a maior empresa pública de extração mineral do Brasil; e o prolongamento da PA-275, que ligou os núcleos de Parauapebas ao de Carajás, este último inaugurado em 1986. Destaca-se que todas essas obras eram planejadas e geridas pelo Estado brasileiro em articulação com empreiteiras nacionais e com o capital internacional, carregando as intenções e racionalidades do avanço do capitalismo na região.

Além dos núcleos de Parauapebas e Carajás, a partir de 1983, os arruamentos em formato de quarteirões foram promovidos pelo Estado, no núcleo Rio Verde. O Instituto de Terra do Pará (ITERPA) e o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), de caráter interministerial, ficaram responsáveis pelo cadastro de famílias, loteamento e distribuição das terras do Rio Verde. Houve, então, uma tentativa de coibir e organizar a expansão urbana de tal núcleo, porém, sem muito sucesso. Os conflitos permaneciam intensos na fronteira do processo de expansão territorial do Rio Verde (Rocha, 2018).

O núcleo Rio Verde se destacava como base para transações econômicas envolvendo, inclusive, o ouro, bem como a compra e venda de alimentos. Afirma Azis Ab'Saber ao se referir ao núcleo de Rio Verde:

[...] era um núcleo urbano de apoio aos que desenvolviam modestas atividades agrárias em glebas distribuídas pelo GETAT ou em antigas posses legalizadas. Também era reduto de egressos do garimpo, transformados em pequenos negociantes, dedicados a diferentes atividades comerciais, comuns a todas as currutelas (Ab'Saber, 1994, p. 281).

Frisa-se que o acampamento do Rio Verde era considerado mais seguro que o acampamento do quilômetro 30, atualmente sede do município de Curionópolis, onde se localiza a Serra Pelada. O Rio Verde era ligado por estradas e vicinais à Serra, de onde era retirada a maioria do ouro da região. Uma de suas funções era abastecer de alimentos parte da população ali presente (Ab'Saber, 1994).

É necessário destacar que, juntamente com o garimpo e com os trabalhadores para instalação da indústria mineral, o início do processo de urbanização do espaço regional foi fortemente marcado pelo aspecto passageiro da estrutura física dos aglomerados populacionais, pela abertura de diversas casas de prostituição, pela intensificação da circulação de dinheiro e pelo aumento considerável de mortes por doenças ou pelas violências (Rocha, 2018).

Nesse contexto, a masculinização do espaço se torna mais evidente e intensa. O avanço de atividades extrativistas leva à chegada expressiva de homens que se deslocam às cidades ou aglomerados de grandes projetos atrás de emprego, bem como de forças repressivas do Estado e privadas. Tais forças impõem ao território uma ordem conservadora e heteronormativa (Seabra, 2018; Haesbaert, 2020).

Nesse processo, a mobilidade, o trabalho, as espacialidades e as temporalidades, bem como a importância política das mulheres, eram restringidas ou ignoradas, material e simbolicamente. Lembramos que os

impedimentos da atividade cidadã se davam para a maioria das pessoas do país, já que se vivia em uma ditadura militar. Porém, destacamos que os aspectos de gênero, classe e raça podiam aprofundar ou escamotear ainda mais os impedimentos, contradições e violências em relação às práticas socioespaciais e à produção do espaço urbano desses grupos sociais.

Metodologia

Este trabalho é um estudo de caso simples, de natureza qualitativa e que utiliza a análise documental como técnica analítica (Yin, 2001; Pimentel, 2001). O caso analisado corresponde ao espaço do núcleo Rio Verde, aglomerado populacional que posteriormente deu origem, junto ao núcleo planejado de Parauapebas e Carajás, à cidade de Parauapebas. O levantamento de dados foi executado através da coleta documental no Museu de Parauapebas, na Biblioteca Municipal de Parauapebas, na Casa de Cultura de Marabá e na plataforma de vídeo YouTube. Para desenvolver o trabalho analítico foi necessário realizar tanto a sistematização dos documentos coletados quanto o levantamento de material bibliográfico sobre a formação histórico-geográfica de Parauapebas, com destaque para o Rio Verde, no período de 1980 a 1989.

Em um primeiro momento, a preocupação maior foi encontrar as fontes para pesquisa. Os documentos foram armazenados em pastas de acordo com o local em que foram coletados. Destaca-se que não foi priorizado apenas um tipo de documento, reunindo-se tudo que estivesse associado ao nosso tema de pesquisa. Assim, além de livros, artigos e TCCs, o conjunto de documentos analisados foram: a) matérias de revista não científicas; e b) fotografias e vídeos sobre o contexto espaço-temporal da pesquisa.

Posteriormente, os materiais textuais foram fichados, contendo bibliografia, um pequeno resumo e registros sobre a presença e práticas socioespaciais das mulheres no espaço analisado. Posteriormente, classificamos os documentos de acordo com três eixos analíticos, sendo eles: a presença das mulheres no espaço, o trabalho feminino e o Rio das Lavadeiras. Os documentos que não dialogavam com a ênfase aqui trabalhada em relação à interseccionalidade entre classe, gênero e raça e ao recorte espaço-temporal da pesquisa foram descartados. A proporção entre material utilizado e descartado também foi realizada com vistas a identificar as desigualdades na composição discursiva desses materiais.

Ao todo, foram 20 revistas não científicas analisadas, presentes no acervo digital da Biblioteca Municipal de Parauapebas, sendo que apenas um (5%) foi utilizada na pesquisa, pois contemplava a abordagem do estudo. Todas as revistas tinham como objetivo ser um canal de comunicação entre a recém-criada Prefeitura de Parauapebas e a sociedade. Na revista "InterAção", identificou-se duas seções com destaque para as narrativas femininas sobre a formação da cidade, sendo elas: "Especial – uma nova cidade" e "Mulheres de Parauapebas" (Carvalho, 2010). Além da revista destacada, outras três também abordavam a formação histórico-geográfica do município, porém utilizando apenas narrativas e imagens masculinas. Estas foram descartadas da análise. Assim, 20% das revistas analisadas continham matérias relacionadas à

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

formação de Parauapebas, sendo que em 100% delas a narrativa masculina estava presente e, em 25% delas, as percepções e discursos femininos eram contemplados.

Em relação aos livros, artigos e TCCs coletados, que tratavam da formação histórico-geográfica de Parauapebas, do total de 6 materiais selecionados, 4 (67%) de uma maneira ou outra abordavam a questão das mulheres no território, principalmente por conta da atividade de prostituição, que marcou a formação do município. Temos como exemplo o livro de Gonçalves e Dalferth (2006), que tem como objetivo contextualizar historicamente a região de Parauapebas, trazendo aspectos físicos e socioeconômicos. Nesse documento, utiliza-se a análise de documentos e entrevista como técnicas de pesquisa. Dos 64 subitens presentes no texto, apenas dois (3,1%) davam destaque às mulheres, a saber: "Sonhos que deram origem a Parauapebas" e "Semana da Mulher". Analisamos apenas o primeiro subitem, pois a "Semana da Mulher" começou a ser realizada apenas em 1991, fora do nosso recorte temporal.

Além disso, não foi possível identificar nenhuma narrativa ou material relacionado às mulheres, nas 166 edições do jornal "Correio do Tocantins", entre os anos de 1983 e 1989. Esse é, ainda hoje, o maior jornal em circulação da região e foi disponibilizado para uso neste estudo pelo acervo bibliográfico da Casa da Cultura de Marabá. Cabe salientar que esse acervo não está completo, ou seja, com todas as edições do jornal correspondente ao período da pesquisa, pois o local passava por processo de reorganização dos materiais.

Por fim, o Museu de Parauapebas nos disponibilizou um vídeo e 52 fotos sobre a formação territorial de Parauapebas na década de 1980. Dessas 52 fotos, 10 (19%) foram separadas por conterem, marcadamente, a presença das mulheres no espaço. Em relação aos vídeos, foram encontrados dois minidocumentários e um documentário que aborda a formação do território de Parauapebas ou Carajás no *YouTube*. Cabe ressaltar que o vídeo a nós disponibilizado pelo Museu de Parauapebas também está presente em forma de minidocumentário no *YouTube*. O documentário produzido pela Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal, concentrou suas imagens e narrativas no núcleo de Carajás e nas minas de minério. Os dois minidocumentários, o primeiro produzido pelo Museu Municipal de Parauapebas e o segundo produzido pela empresa de comunicação "Pebas na TV", abordaram o núcleo do Rio Verde com entrevistas e fotos de mulheres do local. Nesses minidocumentários, as casas de prostituição ganharam importância nas narrativas, assim como o nome "Inferninho", usado para se referir ao núcleo aqui abordado. Além disso, no documentário produzido pela "Pebas na TV", outra perspectiva ganha destaque, a saber: a apropriação e uso do Rio das Lavadeiras no núcleo Rio Verde pelas mulheres.

Do inferninho ao Rio Verde: as práticas socioespaciais generificadas

No núcleo Rio Verde, era comum que as mulheres ficassem a maioria do tempo dentro de casa. É notável um certo medo de ocupar as ruas, por conta da violência que tomava conta do espaço urbano. Além disso, identifica-se no material coletado a precariedade da infraestrutura local e a vaidade e estética como características femininas.



Vivia com as portas do meu barraco fechadas, pois a vizinhança muitas vezes havia brigas horríveis. Dado a existência de muitos cabarés, com isso o calor da cachaça e a falta de policiamento, a impunidade, encorajava a criminalidade. [...] Certo dia me trajei com todo esmero que a vaidade do gênero feminino requer [...]. Quando pisei na rua em frente à minha casa, percebi que o chão estava aparentemente seco, quando derrepente notei que o chão cedia debaixo dos meus pés literalmente [...]. Estava realmente presa na lama (trecho de entrevista de uma moradora do Rio Verde) (Gonçalves; Dalferth, 2006, p. 48).

Identificou-se também a narrativa de que as mulheres, ao ocupar o espaço público, estavam predominantemente em busca parceiros sexuais (Gonçalves; Dalferth 2006). Tal correlação poderia gerar problemas e preconceitos, pois muitas vezes havia a generalização de que todas as mulheres que ali moravam eram prostitutas. Além disso, dentro da correlação gênero-raça-classe, as mulheres, predominantemente brancas e com condições materiais e financeiras maiores, que moravam no núcleo Parauapebas chamavam as mulheres do Rio Verde, predominantemente negras e empobrecidas economicamente, de “pés rachados”.

Ela lembra de situações engraçadas que envolvem a disputa entre moradoras da Cidade Nova e do Rio Verde. “Sempre realizávamos jogos e geralmente, quando nós mulheres do Rio Verde chegávamos, éramos apontadas como as ‘pés rachados’ e outros nomes por morarmos em áreas de prostíbulos. Para não ficarmos por baixo apelidávamos as mulheres da Cidade Nova de ‘pés de seda’”, conta Neusa (Carvalho, 2010, p. 18).

O termo “pés rachados” era atribuído às pessoas, nesse caso às mulheres negras, que trabalhavam por muitas horas em pé, o que levava ao aparecimento de rachaduras na pele. Ademais, a violência, a prostituição, o alto número de pistoleiros, a baixa quantidade de policiamento oficial, a alta taxa de desempregados e a precária infraestrutura do local ganham destaque nos documentos e bibliografias analisadas (Trés; Nogueira; Dalferth, 1999; Gonçalves; Dalferth, 2006; Carvalho, 2010).

Identificamos também que o dinheiro que circulava nas serras Pelada e de Carajás, a proibição de bebidas alcoólicas no local de trabalho, a presença de inúmeros homens que vinham sozinhos ou estavam solteiros e a proibição de mulheres nos alojamentos dos garimpos ou na atividade industrial mineral eram considerados como impulsionadores da atividade de prostituição (Trés; Nogueira; Dalferth, 1999). Tal atividade envolvia crianças e adolescentes:

a prostituição, florescia na localidade, fruto da inexistência de fonte de renda para centenas de imigrantes [...]. A prostituição infantil é uma dura realidade. De acordo com depoimentos de professoras e diretoras de escola, há casos de alunas menores que ficam grávidas e a partir de averiguações foi confirmado que essas menores viviam em boates e eram exploradas sexualmente pelas donas de boates (Trés; Nogueira; Dalferth, 1999, p. 63-83).

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

Grande parte dessas mulheres e crianças eram trazidas do interior do Maranhão, muitas vezes sem saber que estavam sendo levadas para prostituição. Com isso, “chegavam meninas de menor especialmente do Maranhão, muitas trazidas enganadas, sob a promessa de trabalho em restaurante ou casa de família, porém o destino delas era o inferninho” (Gonçalves; Dalferth, 2006, p. 49). “Inferninho” é o termo utilizado tanto para se referir aos prostíbulos quanto ao núcleo Rio Verde, nesse período.

Identifica-se também a grande quantidade de mulheres envolvidas com a prostituição e a multiplicação de prostíbulos no local, também denominados de boates, no Rio Verde, além de problemas relacionados à saúde e à morte delas:

[...] existia um alto contingente de mulheres envolvidas nessa atividade, cerca de 8.000, de todas as partes do país, principalmente do interior do Maranhão, ocupando pelo menos três ruas inteiras, Rua do Meio, Rua do Arame e Rua São João [...]. Existiam mulheres em último estágio de doenças venéreas até AIDS, quando não serviam mais eram largadas à míngua [...], o melhor a se fazer era aproveitar a calada da noite e carregar a moribunda até o cemitério (...), algumas ainda vivas – Donar Luiz Dalferth (Gonçalves; Dalferth, 2006, p. 50-51).

A maioria das Boates, “Boyte” ou “Boite”, como se escrevia em suas fachadas, eram de madeira. Nas fotografias, identifica-se que a maioria das mulheres eram negras e crianças de colo também se faziam presentes.

Mosaico fotográfico 01 – Boates no Inferninho ou Rio Verde na década de 1980



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu de Parauapebas, 2023. Elaboração da autora, 2022.

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

Cabe frisar que nem todas as mulheres do Rio Verde se prostituíam. Apesar de ser óbvio, muitas delas sofriam preconceito por morar no local, como já destacado. Algumas também conseguiam empregos como merendeiras ou faxineiras, no mercado informal ou na escola do núcleo Parauapebas. Além disso, “ficava os homens na tarefa de ganhar dinheiro e as mulheres iam em busca de escolas [...]. G. M. A. – 10 anos trabalha vendendo merenda, não estuda e quando crescer gostaria de ser merendeira igual a tia” (Três; Nogueira; Dalferth, 1999 p. 69-82).

Assim, o trabalho doméstico e de cuidado com a família ficava sob responsabilidade das mulheres. Elas também podiam conseguir algum recurso financeiro exercendo o trabalho de lavadeiras. Essa atividade era realizada no rio de águas claras que margeava o aglomerado populacional e que ficou conhecido como Rio das Lavadeiras. Além das roupas, o uso do rio também permitia a lavagem de louças, as conversas descontraídas e o lazer, principalmente de mulheres e crianças (Pebas na TV, 2021).

No Rio das Lavadeiras, identificou-se na paisagem a presença de tábuas e troncos de madeira caídos estrategicamente posicionados dentro do rio para facilitar a atividade de lavagem e a concentração de mulheres no espaço. Nas imagens, normalmente as crianças meninas auxiliam suas mães nas atividades, enquanto os meninos tomam banho mais livremente no rio. É sabido que quem chegasse primeiro tinha a oportunidade de ficar com as tábuas maiores e melhores, que estavam dispostas no rio. A maioria das mulheres e crianças identificada nas fotos eram negras (Mosaico fotográfico 2).

Mosaico fotográfico 02 – Apropriação espacial do Rio das Lavadeiras na década de 1980



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu de Parauapebas, 2023. Elaboração da autora, 2022.

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

Identifica-se que o uso do rio por mulheres e crianças fazia parte do cotidiano local. Assim, tanto o lazer quanto a atividade de lavagem, remunerada ou não, de roupa e louças eram realizadas por elas. No início da década de 1980, foi construída uma ponte sobre esse rio, ligando o aglomerado conhecido como Inferninho, nome anterior ao Rio Verde, ao núcleo de Parauapebas. Tal ponte ficou conhecida inicialmente como Ponte das Lavadeiras (Pebas na TV, 2021).

No final da década de 1980, uma comissão de moradores se reuniu com o GETAT e, em conjunto, decidiram renomear o Inferninho de Rio Verde. Isso porque esse era o nome oficial dado pelo GETAT para a região que envolvia o aglomerado populacional em questão (Museu de Parauapebas, 2021; Pebas na TV, 2021).

Com o passar do tempo e com a urbanização acelerada, o rio foi ficando poluído. Dessa forma, no final da década de 1980, as mulheres passaram a experimentar dificuldades para utilizar as águas do rio (Pebas na TV, 2021). Atualmente, esse rio é conhecido como Sebozinho e a ponte é conhecida como ponte sobre o Rio Sebozinho.

A produção do espaço urbano do Rio Verde: entre o hegemônico e o diferencial com destaque para o espaço generificado de resistência do Rio das Lavadeiras

Como podemos observar a partir dos dados apresentados, a produção diferencial e paradoxal do espaço urbano do Rio Verde permeia a construção de diferentes conhecimentos, discursos, interesses, práticas socioespaciais e identidades. As estratégias de invisibilidade do que é considerado o Outro se desenvolvem, e a baixa presença dos discursos femininos nos materiais coletados é notável.

Assim, o esvaziamento da diversidade concomitante ao preenchimento de um só conteúdo espacial se constrói a partir dos planos, intervenções e problemáticas do capitalismo comandado pelos homens brancos, cisgênero e heterossexuais materializados nos planos de desenvolvimento regional, como o Programa Grande Carajás e o Projeto Ferro Carajás, e local, como os arruamentos abertos pelo GETAT no Rio Verde e a ponte sobre o Rio das Lavadeiras. Pela tentativa de ser universalizante, o conteúdo produzido pela ordem hegemônica já nasce violento e opressor.

Nesse contexto de violências, uma das características importantes do Rio Verde era a sua arquitetura improvisada correlacionada com a exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes. Identifica-se que mulheres, crianças e adolescentes serviam com seus corpos aos prazeres e às frustrações masculinas, sendo essa uma função importante das mulheres e meninas para o avanço do capital (Seabra, 2018). Cabe frisar que muitas delas eram sequestradas do Maranhão, principalmente do seu interior, onde a população é sabidamente negra, para servir nos prostíbulos. Existe, portanto, uma violência racista, classista e generificada específica que não é abordada na maioria dos documentos que tratam da formação territorial de Parauapebas.

Cabe frisar que uma das marcas da geografia latino-americana que tem sérias implicações em termos de desigualdade e hierarquias de gênero está

ligada à economia de caráter extrativista difundida há longa data por todo o continente, sendo os espaços extrativistas altamente masculinizados (Haesbaert, 2020). Aponta-se que é funcional às empresas e ao Estado que as mulheres, em seus trabalhos e em seus corpos, “amorteçam” a precariedade crescente da vida nesses contextos (Seabra, 2018).

Assim, a masculinização do espaço, a exploração territorial, a dicotomia entre natureza e ser humano e as hierarquizações sociais se impõem tanto através das políticas públicas que incentivam o extrativismo quanto das práticas socioespaciais que diminuem, oprimem e violentam os corpos. Têm destaque os corpos femininos que se tornam territórios violáveis e objetos de prazer e domínio masculinos, mesmo que forçado (Seabra, 2018). Os corpos femininos, principalmente os negros, aparecem, então, como sendo duplamente o Outro, relegados a espaços com precária infraestrutura e à permissividade de práticas violentas. Muitos deles eram descartados sem vida ou bastante adoecidos na fronteira da ocupação do núcleo urbano do Rio Verde, ou seja, no cemitério.

Assim, o esvaziamento da vida se completa, sendo preenchido pela invisibilidade, desumanização e morte, características escamoteadas da falocracia racista espacial. A matéria exposta não choca e a construção do corpo feminino negro como insignificante se perpetua na prática e no discurso estrategicamente não dito. Assim, a geometria espacial, foco dos planos de infraestrutura com seus arruamentos, a óptica espacial ligada à transparência do espaço em face ao universalismo masculino branco e a força civilizatória violenta que marca a dimensão fálica espacial se apresentam de maneira embriada e dominante sobre o espaço e suas práticas sociais. Nesse sentido, produz-se o urbano por meio da exploração do território e da fragmentação produtiva e dos corpos.

Ademais, a falocracia espacial faz nascer e multiplicar os prostíbulos. Estes reforçam o processo de produção capitalista do espaço urbano que, hegemonicamente, é de caráter desumanizador, violento, criminoso, sexista e racista. Dessa forma, o espaço urbano construído a partir da lógica moderna capitalista tenta esvaziar a vida e a diversidade, reduzindo o corpo negro feminino do Rio Verde à carne comercializável para fins sexuais, passível de descarte e objeto de posse violenta comprada e fugaz. O uso do termo “inferninho” para designar tanto os prostíbulos como o núcleo inteiro é proposital, universalizando, tornando transparente e naturalizando as práticas de prostituição. Cabe destacar que as políticas públicas voltadas a esse espaço estavam muito mais preocupadas em torná-lo geometricamente “aceitável”, por meio da organização espacial do núcleo em quarteirões, em vez de levar em consideração as vidas e as problemáticas locais.

Destaca-se que a ordem hegemônica costuma utilizar o discurso da força e da fecundidade como necessária para a reprodução da “espécie” homem. Logo o triunfo do capitalismo comandado por eles é materializado na arquitetura do núcleo Rio Verde a partir da multiplicação das boates e das violências de diversos tipos, não dispensando nem mesmo o uso dos corpos de crianças e adolescentes.

Assim, as estratégias de expansão do capital foram se consolidando na região e o núcleo do Rio Verde cresceu na década de 1980, a partir e apesar das



A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

concepções dos homens brancos, cisgênero e heterossexuais. A violência marcou esse espaço e inibiu a circulação principalmente das mulheres nas vias públicas. Apesar disso, tal circulação entre elas se consolidava cotidianamente por conta das necessidades de abastecimento do lar, de cuidados dos filhos, de procura por serviços públicos de saúde e educação para a família e de atividades remuneradas, como serviço gerais, lavagem de roupas e louças e produção de alimentos. Assim, concebe-se e apreende-se o espaço urbano para além do que está posto e imposto.

É importante destacar que entendemos o espaço como radicalmente diferencial, não importando os esforços para universalizá-lo e torná-lo transparente com base no interesse do capital. Ele também é produto e produtor da vida, de saberes, de identidades e de possibilidades outras de se viver a cidade e o urbano.

Nesse sentido, o urbano também produziu e foi produto do espaço generificado de resistência do Rio das Lavadeiras. Este foi marcado pela presença e pelo processo de apropriação espacial comandado pelas mulheres em meio ao Rio Verde. Tanto os objetos quanto as ações, ou seja, as materialidades presentes no rio quanto as interrelações, carregavam potencialidades, poder, necessidades e interesses comandados e geridos, principalmente, pelas mulheres. A lavagem de roupa e louças, que são atividades tidas como inerentes ao gênero e ao papel de cuidado, é entremeada por possibilidades de troca de conhecimento e informações, de lazer, da presença do corpo feminino negro no espaço público com certa carga de poder e por formações de partes das identidades ligadas ao local, resistindo tanto financeiramente como em existência.

É impossível, então, negar a diversidade, as resistências e as desigualdades combinadas na produção do espaço urbano envolvendo gênero, raça e classe na formação do Rio Verde. Propomos aqui olhar como centrais essas práticas espaciais, pois fazem parte da produção do espaço diferencial e podem resgatar outras histórias, memórias e saberes que são propositadamente anulados ou esquecidos. Podem também expor violências e hierarquizações que fazem parte da racionalidade dominante que está presente no urbano amazônico.

Ademais, entendemos que as construções, como próteses nos territórios, possuem em si intencionalidades que, no caso do Rio das Lavadeiras, levaram ao aniquilamento desse espaço generificado de resistência, em nome do urbanismo masculinista moderno. A construção da ponte sobre o Rio das Lavadeiras promoveu o desmatamento de suas margens e possibilitou, juntamente com outras infraestruturas e verticalidades, a poluição de suas águas. Tal ponte serve principalmente para aumentar o fluxo de pessoas e mercadorias e diminuir o tempo do giro do capital industrial e financeiro extrativista mineral, aumentando o lucro das corporações.

Assim, materializa-se e imaterializa-se no Rio Verde o amortecimento das infelicidades e prazeres masculinos, a possibilidade da acumulação, primitiva ou não, do capital, a contínua divisão sexual do trabalho e a resistência das mulheres, principalmente negras, no espaço. A vida e a arquitetura improvisada junto às identidades locais, como a das lavadeiras, e a vida roubada, explorada e morta coexistem com o avanço do urbanismo masculinista e com a apropriação diferencial do espaço. A articulação desses elementos numa

dialética paradoxal (centro e margem) entre visibilidades, invisibilidades e possibilidades constrói o espaço urbano estudado.

Considerações finais

Com base nos documentos, isto é, no material bibliográfico coletado, e nos vídeos, abordamos a produção do espaço urbano do Rio Verde, na década de 1980, levando em consideração as hierarquias de poder presentes no contexto de intensificação do avanço da modernidade capitalista na região do Sudeste paraense, com destaque para a questão de gênero.

Dessa forma, descortinamos as estratégias capitalistas que tentam camuflar suas intenções, racionalidades e práticas espaciais. Tais estratégias produzem violências entendidas em sentido amplo, como: a exploração ilegal dos corpos, a falocracia racista, as materialidades impostas ou negadas ao território, os saberes e as práticas invisibilizadas e as visibilizadas enquanto universais, a negação das multiplicidades de poderes e corpos e a propagação do urbanismo masculinista moderno. Essas estratégias são inerentes à produção hegemônica do espaço urbano, baseada na exploração de territórios e de corpos que se articulam de maneira interescolar (do local ao global e vice-versa).

Entrecruza-se e intensifica-se, na Amazônia da década de 1980, mais especificamente no núcleo Rio Verde, a dimensão geométrica, óptica e fálca do espaço hegemônico. Isto é, os planos políticos ficam concentrados na nomenclatura entre “Inferninho” e Rio Verde e a organização espacial em quarteirões do núcleo. A reprodução violenta das desigualdades de gênero e a forma de ver o espaço como universal e transparente ligam-se aos interesses da expansão do capital que promovem a Amazônia como exportadora de recursos naturais com baixo custo de produção. As violências de diversos tipos se multiplicam. Surge uma forma universal e única de se portar de acordo com os papéis impostos de gênero, com o racismo institucionalizado posto em prática e com a divisão entre classe sociais e condições socioespaciais.

Identifica-se, então: a) a baixa presença das narrativas das e sobre as mulheres nos materiais levantados; b) a intensificação das dimensões hegemônicas geométrica, óptica e fálca do espaço do núcleo Rio Verde a partir de planos e obras de urbanização, de invisibilidades da diversidade social, de multiplicação de prostíbulos, de múltiplas violências e de verticalidades; e c) a sobrevivência de práticas socioespaciais das mulheres negras que constroem também o espaço urbano, com destaque para o uso do espaço público para a reprodução da vida e para os espaços generificados de resistência. O Rio Verde foi caracterizado pela apropriação do Rio das Lavadeiras, onde as mulheres conseguiram imprimir um poder material e imaterial no local, uma identidade e a presença de seu corpo no urbano.

Por fim, destacamos que, para avançar nos debates sobre a produção diferencial do espaço, isto é, levando em consideração a diversidade dos grupos sociais que os produzem e são produzidos por ele (Lefebvre, 1974), é necessário levantar as questões das desigualdades de gênero, sendo essa uma das camadas possíveis para se trabalhar. É imprescindível, também, quando possível, relacionar tal debate com as questões étnico-raciais e de classe, fazendo assim uma análise interseccional. Avança-se, então, na discussão de

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

que o espaço geográfico vai para além de suas dimensões hegemônicas que camuflam a reprodução das desigualdades e dos corpos pelos Estados-nação. O espaço é produto e produtor de uma humanidade pluriétnica, diversa sexualmente e com múltiplas possibilidades de construção de relações de gênero, como no espaço generificado de resistência do Rio das Lavadeiras, no Rio Verde, na década de 1980.

Referências

AB'SABER, Aziz. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1994.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. **Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980**. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Brasília, DF, 1980.

CARVALHO, Márcia. Especial – uma nova cidade. **Revista Interação**, ano II, n. 4, p. 16-25, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2019.

FRIKEL, Protásio. **Os Xikrin**: equipamentos e técnicas de subsistência. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1968.

GONÇALVES, Sueli; DALFERTH, Márcio. **Amazônia de encantos e desafios I**: história viva – sul e sudeste do Pará. Goiânia: H. R. M. Mello, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, 2020.

LEFEBVRE, Henry. **La producción de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008b.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. E. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar

do Tempo, 2020.

MONK, Janice; HANSON, Jusan. On not excluding half of the human in human geography. **The Professional Geographer**. Arizona, v. 34, n. 1, p. 11-23, 2010.

MUSEU DE PARAUAPEBAS. **Projeto memória apresenta**: Parauapebas 1980. YouTube, publicado em 24 de junho de 2021, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1hPd2V-peMQ&t=4s>. Acesso em: 18 jan. 2023.

PEBAS NA TV. **A história completa de Parauapebas 2021**. Youtube, publicado em 2 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a8B6F9pCrZU>. Acesso em: 18 jan. 2023.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.

ROCHA, Avone José Araujo. **A margem do Projeto Ferro Carajás**: uma pequena contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004). Marabá: Iguana, 2018.

ROSE, Gillian. **Feminism & geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2007a.

SANTOS, Milton. **Espaço Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007b.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP espaço e tempo**. São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SEABRA, Joana Emmerick. Construindo leituras feministas sobre territórios atingidos por megaprojetos de desenvolvimento. *In*: X ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2018.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico colonial. **E-cadernos CES** [online], 18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533#bibliography>. Acesso em: 20 abr. 2023.

A Produção do Espaço Urbano do Núcleo Rio Verde-PA na Década de 1980: Entre o Espaço Hegemônico e as Práticas Socioespaciais Generificadas de Resistência

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, J. M. (Org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva da desigualdade de gênero**. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TRÉS, Valdenice Cardoso dos Santos; NOGUEIRA, Erenita Alves; DALFERTH, Elveni. **O processo histórico de ocupação e urbanização do município de Parauapebas**. 1999. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Faculdade de Pedagogia, Universidade Federal do Pará, Parauapebas, 1999.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Tranzamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

Recebido em 13 de maio de 2023.

Aceito em 06 de setembro de 2023.

Débora Aquino Nunes

